

Dirley da Cunha Júnior

Curso de

Direito Administrativo

20ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Capítulo I

O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	23
1. O DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1.1. Origem e Desenvolvimento do Direito Administrativo	23
1.2. Conceito e Objeto do Direito Administrativo	26
1.3. Fontes do Direito Administrativo	28
1.4. Interpretação do Direito Administrativo	29
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30
2.1. Estado	30
2.2. Administração Pública	31
2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo).....	35
3. O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	36
3.1. Conceito	36
3.2. Conteúdo	39
3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos.....	39
3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado	41
3.2.3. Indisponibilidade do interesse público	43
3.2.4. Princípio da legalidade	43
3.2.5. Princípio da impessoalidade.....	44
3.2.5.1. Princípio da intranscendência subjetiva da sanção.....	45
3.2.6. Princípio da moralidade	47
3.2.7. Princípio da publicidade	50
3.2.8. Princípio da eficiência	53
3.2.9. Princípio da finalidade pública	54
3.2.10. Princípio da presunção de legitimidade.....	55
3.2.11. Princípio da autotutela	56
3.2.12. Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	58
3.2.13. Princípio do devido processo legal, da razoabilidade e proporcionalidade	60
3.2.14. Princípio da motivação	62
3.2.15. Princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa.....	64
3.2.16. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	64
3.2.17. Princípio da igualdade dos administrados face a administração pública.	64

3.2.18. Princípio da segurança jurídica.....	66
3.2.19. Princípio da responsabilidade do Estado.....	68
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação.....	68
3.2.21. Princípio da precedência da administração fazendária.....	69
3.2.22. Princípio do concurso público.....	70
4. QUADRO SINÓTICO.....	70
5. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	73
6. QUESTÕES.....	76

Capítulo II

DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	81
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	81
2. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	81
2.1. Dever de Agir.....	82
2.2. Dever de Juridicidade.....	83
2.3. Dever de Probidade.....	83
2.4. Dever de Eficiência.....	84
2.5. Dever de Prestação de Contas.....	84
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	84
3.1. Poder Vinculado.....	85
3.2. Poder Discricionário.....	86
3.3. Poder Hierárquico.....	89
3.4. Poder Disciplinar.....	90
3.5. Poder Regulamentar.....	94
3.6. Poder de Polícia.....	97
3.6.1. Conceito.....	97
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa.....	98
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa.....	100
3.6.8. Atributos do poder de polícia.....	100
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa.....	103
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa.....	103
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa.....	103

4. USO E ABUSO DO PODER.....	103
4.1. Excesso de Poder	104
4.2. Desvio de Poder	104
5. QUADRO SINÓTICO	104
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	106
7. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	108

Capítulo III

ATOS ADMINISTRATIVOS.....	113
1. DISTINÇÃO ENTRE FATOS JURÍDICOS E ATOS JURÍDICOS.....	113
2. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO E ATOS ADMINISTRATIVOS.....	114
3. CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO.....	115
4. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	118
4.1. Presunção de Juridicidade (Legitimidade) e de Veracidade	118
4.2. Imperatividade	118
4.3. Exigibilidade	119
4.4. Executoriedade (ou Autoexecutoriedade)	119
4.5. Tipicidade	120
5. PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO.....	120
6. ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	122
6.1. Sujeito Competente.....	123
6.2. Finalidade Pública.....	123
6.3. Forma Prescrita em Lei.....	124
6.4. Motivo.....	125
6.5. Objeto	126
6.6. Conteúdo.....	126
6.7. Causa.....	127
7. ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS DO ATO ADMINISTRATIVO SEGUNDO FORMULAÇÃO DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO.....	128
8. O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO	128
9. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130
9.1. Classificação Genérica.....	130
9.2. Classificação Específica ou Tipológica.....	133
10. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	137
10.1. Considerações Gerais	137
10.2. Revogação.....	139
10.2.1. Sujeito ativo	139
10.2.2. Objeto da revogação.....	139
10.2.3. Fundamentos da revogação	140

10.2.4. Limites da revogação.....	140
10.2.5. Motivos da revogação.....	140
10.2.6. Efeitos da revogação.....	140
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador.....	140
10.2.8. Revogação e indenização.....	140
10.3. Invalidação.....	140
10.3.1. Sujeito ativo.....	141
10.3.2. Objeto da invalidação.....	141
10.3.3. Fundamentos da invalidação.....	141
10.3.4. Motivos da invalidação.....	141
10.3.5. Efeitos da invalidação.....	141
10.4. Classificação da Invalidação.....	141
10.5. Prescrição e Decadência Administrativa.....	144
10.6. Coisa Julgada Administrativa.....	147
11. QUADRO SINÓTICO.....	148
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	153
13. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	155

Capítulo IV

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	165
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	165
2. FORMAS DE REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	167
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	169
3.1. Órgão Público. Conceito.....	169
3.2. Classificação dos Órgãos Públicos.....	171
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia.....	171
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público.....	173
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos.....	173
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos.....	174
4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	174
4.1. Autarquias.....	176
4.2. Fundações Públicas.....	179
4.3. Agências Reguladoras.....	181
4.4. Agências Executivas.....	187
4.5. Empresas Estatais.....	189
4.5.1. O Regime jurídico das empresas estatais.....	193
4.6. Consórcio Público.....	200
4.6.1. Conceito e natureza.....	201

4.6.2. Objetivos	202
4.6.3. Do protocolo de intenções.....	204
4.6.4. Do contrato de rateio	205
4.6.5. Do contrato de programa	206
5. QUADRO SINÓTICO	207
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	211
7. QUESTÕES	213

Capítulo V

TERCEIRO	SETOR:	
OS ENTES DE COOPERAÇÃO		223
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....		223
2. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....		224
3. ENTIDADES DE APOIO.....		226
4. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – “OS”		229
5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – “OSCIP’S”		235
6. QUADRO SINÓTICO		239
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....		240
8. QUESTÕES		242

Capítulo VI

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	245
1. CONCEITO	245
2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	247
2.1. Elemento Subjetivo.....	247
2.2. Elemento Formal.....	248
2.3. Elemento Material	248
3. PRINCÍPIOS QUE SE APLICAM AO SERVIÇO PÚBLICO	249
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Público.....	249
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico.....	250
3.3. Princípio da Igualdade	250
3.4. Princípio da Atualidade	250
3.5. Princípio da Modicidade das Tarifas.....	251
3.6. Princípio da Cortesia no Tratamento com o Público.....	251
3.7. Princípio da Generalidade	251
4. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	252
4.1. Serviços Públicos Próprios e Impróprios	252
4.2. Quanto ao Objeto	252
4.3. Serviços Uti Singuli e Serviços Uti Universi	253

4.4. Quanto à Maneira como Concorrem para Satisfazer ao Interesse Social.....	253
4.5. Serviços Públicos e Serviços de Utilidade Pública	254
5. FORMAS DE PRESTAÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	254
6. A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	255
7. DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	256
7.1. Concessão de Serviço Público.....	257
7.2. Permissão de Serviço Público.....	258
7.3. Autorização de Serviço Público	258
8. QUADRO SINÓTICO	258
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	261
10. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	264

Capítulo VII

SERVIDORES PÚBLICOS.....	269
1. AGENTES PÚBLICOS	269
2. ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS	270
2.1. Agentes Políticos.....	270
2.2. Agentes ou Servidores Administrativos do Estado	273
2.2.1. Servidores públicos.....	274
2.2.1.1. O regime jurídico único.....	279
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos).....	281
2.2.3. Servidores temporários	283
2.2.4. Militares	287
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	288
3. CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	288
3.1. Considerações conceituais e distintivas	288
3.2. Acesso aos cargos, empregos e funções públicas	290
3.3. Concurso Público	293
3.3.1. Concurso público e pessoa com deficiência	305
4. PROVIMENTO	307
4.1. Provimento Originário ou Autônomo	307
4.2. Provimento derivado.....	308
4.2.1. Provimento derivado vertical	308
4.2.2. Provimento derivado horizontal	310
4.2.3. Provimento derivado por reingresso	312
5. VACÂNCIA.....	314
6. EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE.....	315
7. REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO.....	320
7.1. Fixação e alteração da remuneração e do subsídio	321

7.2. Revisão da remuneração e do subsídio	322
7.3. Limites à Remuneração e ao subsídio	325
7.4. Proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.	333
7.5. Proibição de Vinculação e Equiparação de Remuneração e Subsídio	339
8. DIREITOS DOS TRABALHADORES EXTENSIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SINDICAL E O DIREITO DE GREVE.....	340
9. A EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 E O AJUSTE FISCAL DE VEDAÇÕES.....	343
10. PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	345
10.1. Regimes Previdenciários	346
10.2. Aposentadoria e Pensão	348
10.2.1. A Previdência do Servidor após a EC 20/1998.....	349
10.2.2. A Previdência do Servidor após a EC 41/2003.....	354
10.2.3. A Previdência do Servidor após a EC 47/2005.....	364
10.2.4. A Previdência do Servidor após a EC 70/2012.....	365
10.2.5. A Previdência do Servidor após a EC 88/2015.....	367
10.2.6. A Previdência do Servidor após a EC 103/2019	368
10.2.6.1. Regra temporária de aposentadoria do servidor público federal.....	371
10.2.6.2. Regras de transição de aposentadoria do servidor público federal.....	372
10.2.6.3. Demais regras permanentes do RPPS do servidor público federal.....	374
10.2.7. Pensão por morte do servidor público federal	383
11. QUADRO SINÓTICO	385
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	393
13. QUESTÕES DE PROVAS DE CONCURSOS	406

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	417
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	417
1.1. Distinção entre a Responsabilidade Administrativa e a Responsabilidade Civil do Estado	418
1.2. Distinção entre a Responsabilidade Civil do Estado e a Responsabilidade Civil Submetida ao Direito Privado	418
1.3. Distinção entre Responsabilidade Civil do Estado e Sacrifício de Direito	418
1.4. Evolução da Responsabilidade do Estado	419
1.4.1. Fase da irresponsabilidade do Estado (teoria regaliana).....	419
1.4.2. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Privado (teorias civilistas)	419

1.4.3. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Público (teorias publicistas)	420
2. TEORIA DA CULPA ADMINISTRATIVA OU CULPA DO SERVIÇO	421
3. TEORIA DO RISCO	421
4. RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO	423
4.1. Responsabilidade por Ação ou Ato Comissivo do Estado	428
4.1.1. Por comportamentos lícitos	428
4.1.2. Por comportamentos ilícitos	428
4.2. Responsabilidade por Omissão do Estado	429
4.2.1. Fato da natureza	431
4.2.2. Comportamento material de terceiros	432
4.3. Responsabilidade em Razão de Atuação Positiva do Estado Propiciatória de Risco de Dano	433
5. O DANO INDENIZÁVEL	433
6. CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	435
7. O DIREITO DE REGRESSO	436
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	439
9. QUADRO SINÓTICO	440
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA	443
11. QUESTÕES	449

Capítulo IX

BENS PÚBLICOS	459
1. CONCEITO	459
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	460
3. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	462
3.1. Inalienabilidade	462
3.2. Impenhorabilidade	463
3.3. Imprescritibilidade	467
3.4. Impossibilidade de Oneração	468
4. USO DOS BENS PÚBLICOS POR PARTICULAR	468
4.1. Uso Comum	469
4.1.1. Ordinário	469
4.1.2. Extraordinário	469
4.2. Uso Privativo ou Especial	469
4.2.1. Uso de "bens públicos afetados" por particular	470
4.2.1.1. Autorização de uso	470
4.2.1.2. Permissão de uso	470
4.2.1.3. Concessão de uso	471

4.2.2.	Uso de “bens públicos não-afetados” por particular	471
4.2.2.1.	Locação	472
4.2.2.2.	Arrendamento	472
4.2.2.3.	Enfiteuse ou aforamento	472
4.2.2.4.	Cessão de uso	473
4.2.2.5.	Concessão de direito real de uso	474
5.	BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE.....	475
5.1.	Terrenos de Marinha e seus Acrescidos	475
5.2.	Terrenos Reservados e seus Acrescidos.....	476
5.3.	Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos Índios.....	478
5.4.	Faixa de Fronteira.....	478
5.5.	Terras Devolutas.....	478
5.6.	Ilhas.....	479
5.7.	Recursos minerais e jazidas.....	481
6.	QUADRO SINÓTICO	481
7.	JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	484
8.	QUESTÕES	487

Capítulo X

	INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE	493
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	493
2.	MODALIDADES.....	493
3.	LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	494
4.	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU PÚBLICA.....	495
5.	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	496
6.	REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	497
7.	TOMBAMENTO.....	498
7.1.	Objeto do Tombamento.....	499
7.2.	Modalidades	499
7.2.1.	Quanto à constituição	499
7.2.2.	Quanto à eficácia.....	500
7.2.3.	Quanto aos destinatários	500
7.3.	Efeitos.....	500
7.4.	Natureza Jurídica	502
8.	DESAPROPRIAÇÃO.....	502
8.1.	Conceito.....	502
8.2.	Procedimento.....	504
8.2.1.	Fase declaratória	504
8.2.2.	Fase executória	506

8.3. Modalidades de desapropriação.....	509
8.3.1. Desapropriação para fins de reforma agrária	509
8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	513
8.4. Sujeitos Ativo e Passivo da Desapropriação.....	514
8.5. Pressupostos.....	515
8.6. Objeto	516
8.7. A indenização.....	516
8.8. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo	520
8.9. Direitos do desapropriado.....	521
8.10. Desapropriação por zona.....	522
9. QUADRO SINÓTICO	523
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	526
11. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	531

Capítulo XI

LICITAÇÃO	539
1. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	540
2. ESTRUTURA DA LEI 14.133/2021	540
3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021	545
4. CONCEITO, FINS E OBJETO DA LICITAÇÃO.....	547
5. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO.....	548
6. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	549
6.1. Princípio da Legalidade	550
6.2. Princípio da Impessoalidade.....	550
6.3. Princípios da Moralidade e Probidade Administrativa.....	550
6.4. Princípio da Publicidade.....	551
6.5. Princípios da Eficiência e Eficácia	551
6.6. Princípio da Igualdade.....	552
6.7. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.....	553
6.8. Princípio do Julgamento Objetivo.....	553
6.9. Princípio da Segregação de Funções.....	554
6.10. Princípio da Motivação	554
6.11. Princípio da Segurança Jurídica	554
7. OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO.....	555
8. DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	556
8.1. Conceito e Objetivos	556
8.2. Fases do Processo Licitatório.....	558
8.3. Das pessoas proibidas de disputar licitação ou participar da execução de contrato	559

9. DA FASE PREPARATÓRIA.....	561
9.1. Da audiência pública dos interessados	564
9.2. Da matriz de riscos	564
9.3. Do valor previamente estimado da contratação.....	566
9.4. Do caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação.....	567
9.5. Do Edital da Licitação.....	568
9.6. Da margem de preferência no processo de licitação	569
10. DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	570
11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	574
12. DISPOSIÇÕES SETORIAIS.....	576
12.1. Das Compras.....	576
12.2. Das Obras e Serviços de Engenharia	578
12.3. Dos Serviços em Geral	579
12.4. Da Locação de Imóveis	580
12.5. Das Licitações Internacionais	580
13. DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.....	581
14. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....	581
15. DO JULGAMENTO.....	583
16. DA HABILITAÇÃO.....	586
16.1. Da habilitação jurídica	587
16.2. Da habilitação técnica.....	587
16.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista.....	588
16.4. Da habilitação econômico-financeira	589
17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	590
18. DA CONTRATAÇÃO DIRETA	591
18.1. Da Inexigibilidade de Licitação.....	592
18.2. Da Dispensa de Licitação	593
18.2.1. Da Licitação dispensável	594
18.2.2. Da Licitação dispensada e da alienação de bens da Administração Pública.....	598
19. DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES	603
19.1. Do Credenciamento.....	603
19.2. Da Pré-Qualificação.....	604
19.3. Do Procedimento de Manifestação de Interesse.....	605
19.4. Do Sistema de Registro de Preços	605
19.5. Do Registro Cadastral.....	608
20. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS.....	609
21. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	611
22. QUADRO SINÓTICO	612

23. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	627
24. QUESTÕES	631

Capítulo XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO	633
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	633
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	634
2.1. A Presença da Administração Pública com Prerrogativas Públicas	634
2.2. A Finalidade Pública.....	634
2.3. A Obediência à Forma Prescrita em Lei	634
2.4. O Procedimento Legal	638
2.5. A Natureza de Contrato de Adesão.....	638
2.6. A Natureza Intuitu Personae.....	638
2.7. A Presença de Cláusulas Exorbitantes (cláusulas de privilégio).....	639
2.7.1. Exigência de garantia nos contratos administrativos.....	640
2.7.2. Alteração unilateral dos contratos administrativos.....	641
2.7.3. Extinção unilateral dos contratos administrativos.....	642
2.7.4. Fiscalização da execução do contrato	642
2.7.5. Aplicação de penalidade ao contratado responsável pelas infrações administrativas.....	643
2.7.6. Anulação	643
2.7.7. Retomada do objeto.....	643
2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).....	644
2.8. A Mutabilidade	644
2.8.1. Fato do príncipe.....	645
2.8.2. Fato da administração.....	646
2.8.3. Teoria da imprevisão.....	646
3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	647
4. DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	648
5. DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	650
6. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DOS PREÇOS	654
7. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	656
8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	659
9. DOS PAGAMENTOS	660
10. DA NULIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	662
11. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	663
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	663
13. DOS RECURSOS	668

14. DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	669
15. DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP	670
16. MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	671
16.1. Concessão de Serviço Público	672
16.1.1. Conceito	672
16.1.2. Da tarifa	673
16.1.3. Da licitação	673
16.1.4. Cláusulas essenciais	674
16.1.5. Encargos do poder concedente	675
16.1.6. Encargos da concessionária	675
16.1.7. Intervenção na concessão	676
16.1.8. Extinção da concessão	676
16.2. Concessão de Serviço Público Precedida de Execução de Obra Pública ou Concessão de Obra Pública	678
16.3. Permissão de Serviço Público	678
16.4. Contrato de Parceria Público-privada	679
16.4.1. Conceito e modalidades	679
16.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada ..	680
16.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada	680
16.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada	684
16.4.5. Da sociedade de propósito específico	684
16.4.6. Da licitação	684
16.4.7. Disposições da Lei 11.079/04 aplicáveis à União	686
16.5. Concessão de Uso de Bem Público	687
17. CONVÊNIO	687
18. CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO	688
18.1. Consórcios Públicos	688
19. QUADRO SINÓTICO	691
20. JURISPRUDÊNCIA APLICADA	701
21. QUESTÕES	703

Capítulo XIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO	705
1. CONCEITO	705
2. MODALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	706
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	707
4. FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	711
4.1. Instauração	711
4.2. Instrução	711

4.3. Relatório	712
4.4. Decisão	713
4.5. Da Decisão Coordenada.....	713
4.6. Do Recurso Administrativo e da Revisão.....	715
5. CARÁTER SUBSIDIÁRIO DA LEI 9.784/99	716
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	716
6.1. Das Penalidades disciplinares	717
6.2. Do Inquérito Administrativo.....	722
6.3. Do Julgamento	723
6.4. Da Revisão do Processo	724
7. PROCESSO SUMÁRIO	725
8. QUADRO SINÓTICO	725
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	728
10. QUESTÕES	732

Capítulo XIV

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	737
1. PROBIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS. CONCEITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021.....	737
2. SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	741
3. SUJEITO ATIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	742
4. OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	746
4.1. Os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito.....	747
4.2. Os atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário.....	749
4.3. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.....	752
5. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ATO DE IMPROBIDADE.....	756
6. DA DECLARAÇÃO DE BENS	760
7. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL.....	760
7.1. Do Procedimento Administrativo	761
7.2. Do Processo Judicial e A ação judicial por ato de improbidade	762
7.2.1. Do Pedido de Indisponibilidade de Bens.....	767
7.2.2. Do Acordo de Não Persecução Civil	768
7.2.3. Da Sentença	769
7.3. Competência	771
8. DA PRESCRIÇÃO.....	772
9. A LEI ANTICORRUPÇÃO.....	776
10. QUADRO SINÓTICO	781

11. QUADRO COMPARATIVO – LEI Nº 8.429/1992 ANTES E DEPOIS DA LEI Nº 14.230/2021.....	786
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	812
13. QUESTÕES	816

Capítulo XV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	825
1. CONCEITO	825
2. ESPÉCIES	825
2.1. Quanto ao Órgão	826
2.2. Quanto ao Momento	826
2.3. Quanto ao Aspecto Controlado.....	826
2.4. Quanto à Extensão ou Amplitude	827
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO	827
3.1. Conceito	827
3.2. Recursos Administrativos.....	827
4. CONTROLE LEGISLATIVO	828
5. CONTROLE JUDICIAL	830
5.1. Conceito e Extensão	830
5.2. Meios de Controle: as ações constitucionais	830
6. QUADRO SINÓTICO	833
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	835
8. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	838
BIBLIOGRAFIA	841